

**Fotografia:** António Luís Campos

**Textos:** Luísa Schmidt e Pedro Prista | Fernando Rebelo | José Manuel Martins | Frederico Teixeira | Manuel Graça | Aníbal Traça de Almeida | Anthímio de Azevedo | João Carlos Marques | Carlos Costa | Ana Pires

# A BEIRA DA ÁGUA

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

## Ficha técnica

**Título:** À Beira da Água

**Edição:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**Textos:** Luisa Schmidt e Pedro Prista · Fernando Rebelo · José Manuel Martins · Frederico Teixeira · Manuel Graça · Anibal Traça de Almeida · Anthimio de Azevedo · João Carlos Marques · Carlos Costa · Ana Pires

**Coordenação:** Jorge Brandão e Teresa Jorge

**Fotografia:** António Luís Campos

**Ilustração Brazões:** Sérgio Horta · <http://www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/>

**Concepção Gráfica:** GO UP design

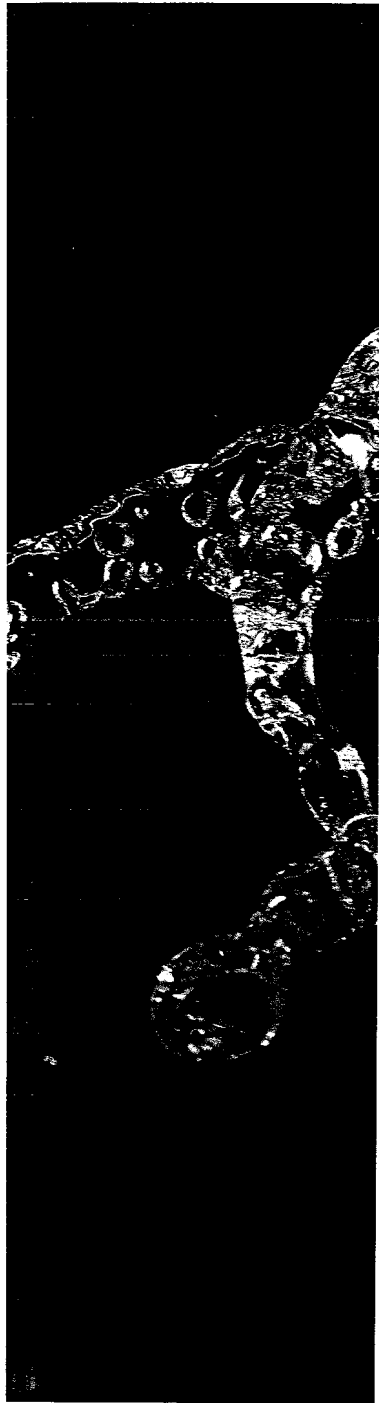
**ISBN:** 978-972-569-160-1

**Depósito Legal:** 303 523/09

**Tiragem:** 1500 exemplares

**Impressão:** marca-ag.com Porto\_12.2009

<b>Introdução: Água, o líquido social</b> Luísa Schmidt e Pedro Prista	<b>006</b>
<b>Paisagens de rios, albufeiras e lagoas na Região Centro</b> Fernando Rebelo	<b>041</b>
<b>Água, alimento da economia e da sociedade</b> José Manuel Martins	<b>077</b>
<b>Água, fonte da vida</b> Frederico Teixeira	<b>109</b>
<b>Ecosistemas aquáticos: espaços de grande valor ecológico e paisagístico</b> Manuel Graça	<b>141</b>
<b>A energia e a água</b> Aníbal Traça de Almeida	<b>177</b>
<b>O clima da região</b> Anthimio de Azevedo	<b>205</b>
<b>O mar</b> João Carlos Marques	<b>233</b>
<b>O turismo e a água</b> Carlos Costa	<b>261</b>
<b>Uma região à beira da água: um registo de sagesa</b> Ana Pires	<b>297</b>

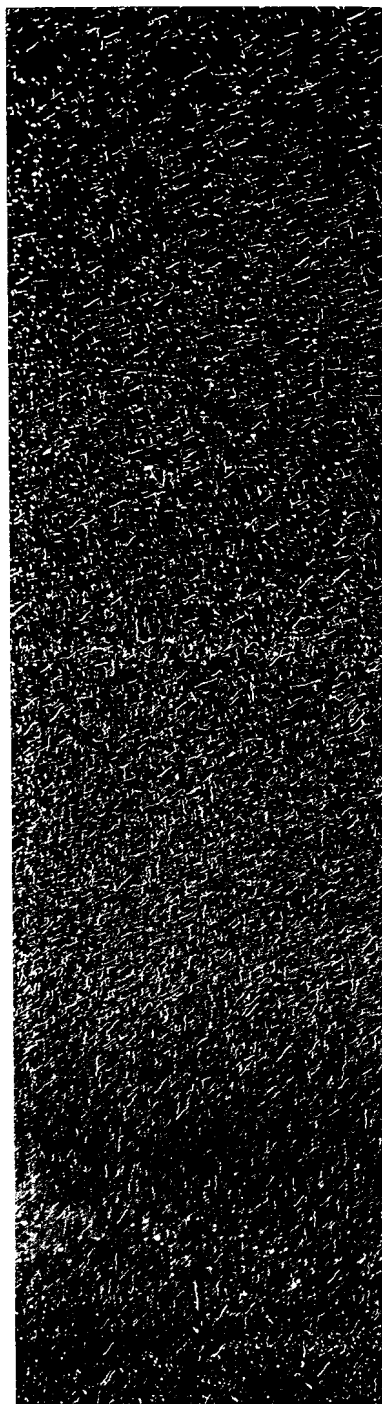


# Água, o líquido social

Luísa Schmidt e Pedro Prista

## A circulação global do problema

Poucos temas ambientais assumem tanto interesse público como a água. Eterna fonte de cooperação e conflito, a água, pela sua natureza instável e fluente, é uma poderosa activadora de vida social. Todavia, a água é também difícil de captar como conhecimento, fugidia nas suas formas e até oculta como elemento natural que mal se deixa adivinhar nas suas massas subterrâneas ou atmosféricas. Foi preciso o desdobramento histórico de novas escalas de percepção global para que a hidrologia reconhecesse o seu objecto científico em todas as suas dimensões e a natureza social dos problemas que a afectam. ¶ Com o segundo pós-guerra, a eclosão demográfica e as crescentes exigências alimentares e sanitárias, a água – nas suas dimensões social, económica, cultural e política – tornou-se um tema nevrálgico para as novas orgânicas governações. No âmbito da ONU, foi à UNESCO que coube consagrar um vasto programa temático às preocupações com a água enquanto recurso natural de imediatas implicações humanas e sociais. Fazendo eco de vários alertas lançados à escala mundial e das preocupações que a comunidade científica vinha formulando, a UNESCO lança em 1965 o Decénio Hidrológico Internacional (DHI). Portugal aderiu, nomeando uma Comissão para acompanhar o DHI, o qual se enquadrava bem, tanto na política hidráulica



interna, como na gestão dos recursos hídricos ibéricos<sup>1</sup>. ¶ O Decénio definira como principal objectivo conhecer e avaliar os recursos e potencial hídricos mundiais, tendo em vista o seu aproveitamento e gestão racional. Os novos meios tecnológicos de levantamento e medição permitiram, à época, aumentar o nível e a fiabilidade de conhecimento científico sobre os recursos hídricos do Planeta. ¶ Entre a data de arranque do Decénio e a actualidade, não mais parou de se desenvolver o quadro institucional, jurídico e político dedicado ao conhecimento e à gestão da água que – juntamente com a energia e a biodiversidade –, constitui a tripla base da sustentabilidade humana no planeta e da própria vida nele tal como a conhecemos. ¶ Se considerarmos o brevíssimo período de menos de meio século transcorrido até hoje, poderemos identificar nele alguns momentos de viragem que definem o perfil dos quadros internacionais de gestão das águas nos dias de hoje. ¶ Uma primeira fase estende-se do lançamento do Decénio Hidrológico até à Cimeira de Estocolmo de 1972, momento em que ficou claro o despertar da comunidade internacional para a importância determinante dos problemas ambientais à escala global e, em particular, da água. Nessa data, as questões dos recursos hídricos deixaram de se colocar predominantemente em termos agrícolas e hidroeléctricos, e passaram a ser assumidas no plano mais integrado da problemática ambiental. ¶ Daí até aos anos 80 multiplicaram-se os marcos internacionais. Logo em 1975, feito o balanço positivo do Decénio (DHI), a UNESCO lançou o Programa Hidrológico Internacional (PHI), alargando o seu âmbito de acção. Assim, para além de continuar o inventário dos recursos hídricos mundiais, acentuou-se a preocupação com a influência das actividades humanas sobre todo o ciclo da água. Portugal aderiu novamente a este programa, criando uma outra Comissão em substituição da anterior<sup>2</sup>. ¶

**1** Acabara de ser assinado, em 1964, o Convénio Luso-Espanhol para Regular o Aproveitamento Hidroeléctrico dos Troços Internacionais do Rio Douro e dos seus Afluentes, sendo que, em 1968, esse convénio seria estendido ao aproveitamento hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus Afluentes.

**2** Segundo o DL n.º 117-B/76, é extinta a Comissão Portuguesa para o Decénio Hidrológico Internacional, criada pelo DL n.º 45.573, de 3 de Março de 1967; e cria-se a Comissão Portuguesa para o Programa Hidrológico Internacional na dependência do Ministério do Equipamento Social.

Dois anos mais tarde, em 1977, realizar-se-ia a 1.ª Conferência das Nações Unidas sobre a Água em Mar del Plata (Argentina). Dela sairia o Plano de Acção de Mar del Plata, onde se defendeu a adopção de programas de escala nacional para a gestão do recurso, devido à preocupação com o consumo crescente de água a nível planetário, que anunciava já uma eventual crise a médio prazo. ¶ Contudo, o prazo seria mais curto. Em 1980, foi anunciado pela ONU o Decénio Internacional do Abastecimento de Água Potável e Saneamento, totalmente centrado no objectivo de fornecer água potável e serviços de saneamento às populações que se concentravam nos subúrbios das cidades e em muitas áreas rurais. ¶ Dez anos mais tarde, em 1990, a ONU, agora sob a iniciativa da OMS, lançaria em Nova Deli (Índia), a Década da Água, cuja principal preocupação era a crise sanitária e o fornecimento de informação sobre saúde ambiental. ¶ Toda esta fase pós-Estocolmo prolongar-se-ia até à Cimeira Mundial do Rio de Janeiro (1992), também conhecida pela ECO 92. Esta Cimeira, apesar de não ter atribuído prioridade ao tema da água, acabou todavia por projectá-lo através da plena integração dos vários problemas ambientais e sociais em torno do conceito de sustentabilidade que o Relatório Brundtland veio consagrar. ¶ Foi, aliás, neste ciclo, que teve ainda lugar a 2.ª grande Conferência Internacional sobre Água e Ambiente realizada em Dublin (Irlanda), também em 1992, onde se constatou a situação dramática da escassez de água doce e a sua vulnerabilidade. A relação da água com a pobreza e com as doenças e a necessidade de interacção entre governantes



e governados na gestão dos recursos foi, pela primeira vez, enfatizada e sairia definitivamente reforçada num capítulo específico dedicado à água da Agenda 21 aprovada durante a referida Cimeira da Terra de 1992<sup>3</sup>. ¶ Nos anos 90 assistimos, assim, a uma fase alta das políticas ambientais, em geral, e das da água, em particular. Em 1994, decorreu no Cairo (Egipto) a Assembleia Geral da Associação Internacional dos Recursos Hídricos, que criou o Conselho Mundial da Água – entidade apoiada pelas Nações Unidas. Em 1997, ano da assinatura do Protocolo de Kyoto, decorreu o I Fórum Mundial da Água, juntando representantes oficiais, associativos e industriais, bem como cientistas, especialistas e empresários – com o objectivo de implementar a gestão integrada dos recursos hídricos à escala dos vários países, de modo a garantir a qualidade do abastecimento e do saneamento. De então para cá, a cada três anos, realiza-se um novo Fórum e criou-se, entretanto, o Water Media Network para discussão *on line* dos assuntos ligados aos recursos hídricos. ¶ Esta fase culmina no ano 2000 com um conjunto de acontecimentos marcantes. À água é atribuída prioridade entre os Objectivos da Declaração do Milénio das Nações Unidas, cuja meta será a redução para metade do número de pessoas sem acesso a água potável e saneamento até 2015. O ano 2000 assistiu também à criação da Oficina da Água pela UNESCO; ao Protocolo Água e Saúde sobre a Protecção e Uso de Águas Transfronteiriças e Lagos Internacionais; à realização do II Fórum Mundial da Água; à aprovação da Directiva-Quadro da Água na UE; e à implementação de inúmeros programas financiados e conduzidos pelo Banco Mundial, tendo em vista acautelar todas as dimensões do recurso água: qualidade,

**3** Na Agenda 21, decorrente da ECO 92, existe um capítulo específico dedicado à conservação dos recursos hídricos – capítulo 18 – Protecção da Qualidade e Fornecimento dos Recursos de Água Doce: Aplicação de Abordagens Integradas para o Desenvolvimento, Gestão e Uso de Recursos Hídricos. Neste capítulo são propostas 7 áreas programáticas para este sector: desenvolvimento e gestão integrada dos recursos hídricos; avaliação dos recursos hídricos; protecção dos recursos hídricos, da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; fornecimento de água potável e saneamento; água e desenvolvimento urbano sustentável; água para produção sustentável de alimentos e desenvolvimento rural; impactes das alterações climáticas nos recursos hídricos.



quantidade e justiça distributiva. ¶ De então para agora, com a generalização da consciência pública do fenómeno das Alterações Climáticas, emergiu uma nova fase, re-situando a problemática da água no quadro de um ciclo abrupto de transformações ambientais que ampliam e complexificam todas as questões que o problema da água vinha transportando. ¶ Sobretudo a partir de meados da primeira década deste milénio, ao mesmo tempo que se implementam e expandem os programas sobre água a todos os níveis, a consciência pública crescente acerca das alterações climáticas vem sublinhar a complexidade e a urgência dos problemas da água. É o caso da afectação das reservas de água doce; do degelo dos glaciares e das calotes polares; da imprevisível redistribuição da pluviosidade; da submersão de vastas áreas litorais; dos processos de desertificação; dos fenómenos meteorológicos extremos e súbitos. E, claro, dessa espécie de "saharização" de uma parte do Mediterrâneo para que os últimos dados do IPCC (2007) apontam. ¶ O último Fórum Mundial da Água, que decorreu em Istambul (Turquia), em Março de 2009, revela preocupações muito específicas com as alterações climáticas. Os líderes governamentais reuniram-se com líderes de organizações intergovernamentais, governos locais e representantes da sociedade civil por forma a estabelecerem pontos de contacto entre a problemática da água e a das alterações climáticas, bem como da energia. Uma das mensagens chave deste V Fórum foi que a água é o principal meio através do qual as alterações climáticas se fazem sentir, sobretudo no que respeita à escassez de precipitação em determinadas regiões do planeta. A outra ideia-chave que tem feito caminho neste e noutros encontros, prende-se com a importância atribuída à participação pública, ou seja, ao envolvimento e capacitação dos cidadãos no planeamento e gestão dos recursos hídricos, tomando a água como "catalizador para a mudança" – para as mudanças – a vários níveis: desde as novas formas de governação à valorização dos bens comuns e à noção de partilha (Vlachos 2009). ¶ É, pois, no contexto deste processo de transformações dos quadros institucionais, jurídicos e políticos da gestão da água à escala mundial, que se enquadra o já longo processo histórico de estruturação de políticas no nosso país e os seus reflexos na Região Centro.

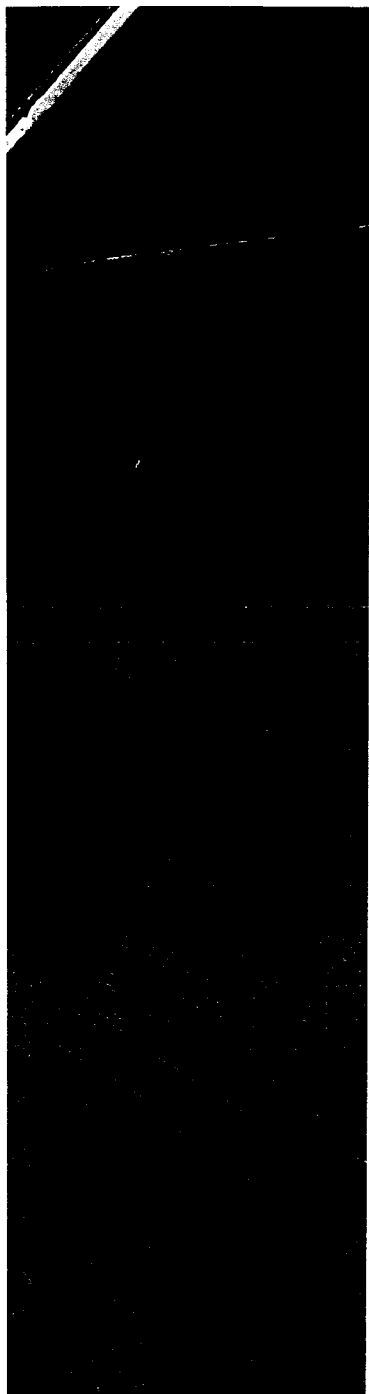


## O quadro nacional – história(s) e referências

Em Portugal, a história contemporânea dos sistemas de gestão da água de âmbito local e nacional inicia-se a partir de finais do século XIX. Com efeito, é comumente aceite a data de 1884, com a criação do Plano de Organização dos Serviços Hidrográficos em Portugal Continental, como início de uma verdadeira política oficial de gestão dos recursos hídricos. ¶ Adaptando e sintetizando a pesquisa recente de Pato (2007), na esteira de Veiga da Cunha (1980), podem ser consideradas várias etapas no desenvolvimento dos quadros institucionais das políticas hídricas portuguesas. ¶ Uma primeira etapa vai de 1884 até à Lei da Água de 1918 e é dedicada ao estudo, classificação e definição do estatuto jurídico das águas. O objectivo central do Plano de 1884 era conhecer os recursos hídricos nacionais e as respectivas necessidades de intervenção para melhorar o seu aproveitamento económico. É nessa altura que se criam os Serviços Hidrográficos e, curiosamente, a administração por bacia hidrográfica é introduzida como pressuposto essencial de gestão. A legislação de 1884 demarca ainda as administrações das 4 Direcções de Circunscrições Hidráulicas – Douro, Mondego, Tejo e Guadiana –, por sua vez divididas em secções, lanços e cantões. Estas, quando os portos ganharam importância, seriam substituídas por quatro Serviços de Estudo, Obras e Polícia: do Porto de Viana e dos Rios Minho e Lima, dos Portos do Douro e Leixões e do Rio Douro, do Mondego, e do Tejo. Em 1901 estes serviços foram integrados em 4 Direcções de Serviços Fluviais e Marítimos, sempre sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. ¶ Data desta época a criação e classificação legal do Domínio Público Hídrico em 1892, que constitui um marco importante e pioneiro que ainda hoje vigora. ¶ Porém, só com a promulgação da Lei da Água, em 1918, se consolidou o desenho original de 1884 assumindo a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos (AGSH), criada em 1920,



um papel centralizador na direcção de todos os serviços de hidráulica fluvial, marítima e industrial, incluindo o aproveitamento, fiscalização e conservação das águas públicas superficiais. Na sua orgânica estavam incluídas quer uma repartição de serviços fluviais e marítimos, que articulava os serviços regionais das quatro divisões hidráulicas do país (Douro, Mondego, Tejo e Guadiana), quer uma repartição de aproveitamentos hidráulicos, sobretudo responsável pelo aproveitamento das águas para produção de energia eléctrica. A partir de 1926 é-lhe acrescentada uma repartição de portos; em 1927 uma repartição de serviços eléctricos; e em 1928 os serviços de hidráulica agrícola – o que fez da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e (agora também) Eléctricos, uma instituição poderosa. ¶ É assim que, até ao final da década de 1920, se vai consolidando a estrutura de governação dos recursos hídricos e lançando as bases para as políticas de proveito económico da água durante o Estado Novo. ¶ A partir de 1929, e até ao fim da Segunda Grande Guerra Mundial, inicia-se uma nova etapa marcada pela prioridade dos objectivos económicos e que se traduziu no aproveitamento dos recursos hídricos através de políticas de produção de energia eléctrica, regadio e obras portuárias. Para este paradigma da utilização da água para fins económicos contribuiu a publicação, em 1926, da Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos, cujo objectivo era reduzir a dependência externa em termos energéticos e fazer face a um presumível aumento do consumo, decorrente dos processos de urbanização e industrialização, incluindo a electrificação das linhas de caminhos-de-ferro. Em 1936 foi criada a Junta de Electrificação Nacional, para estudar as necessidades energéticas, a electrificação do país e criar as condições necessárias ao aumento da produção de energia hidroeléctrica – o que se reflectiu nas décadas seguintes na construção de grandes barragens para produção de electricidade, entre as quais Castelo de Bode (1951), Cabril (1954) ou Bouçã (1955) – para só referir as que se relacionam com a Região Centro. Assistiu-se também, a partir dos anos 30, a um empenho público no domínio da hidráulica agrícola. ¶ Durante este período, mantêm-se as quatro divisões hidráulicas – Douro, Mondego, Tejo e Guadiana – integradas na Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, sob a dependência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Continuaram a existir, no entanto, Juntas específicas para determinadas bacias,

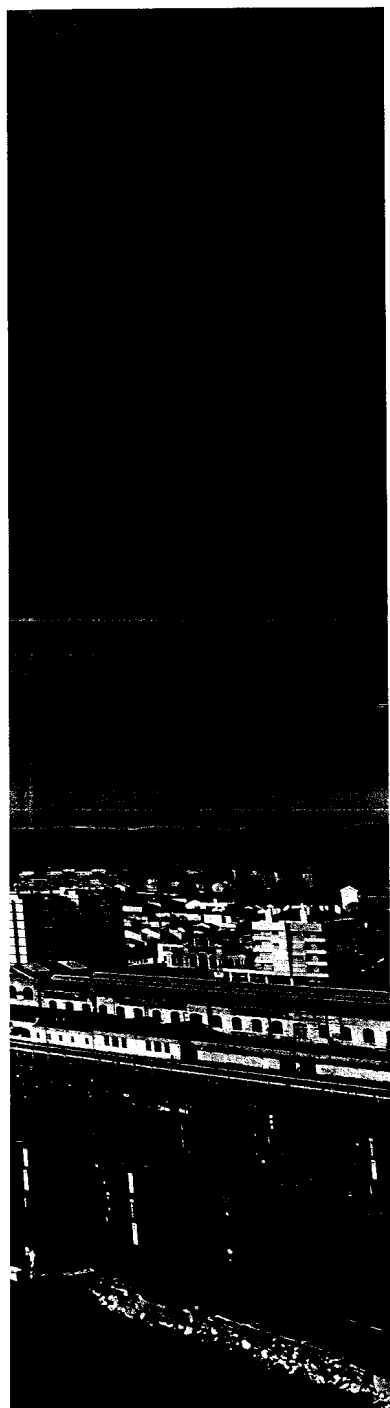


como foi o caso da Junta do Rio Lis. O Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes, um rio então célebre pelas suas incontáveis cheias, data de 1941-42, e seria efectivado a partir de 1946, com o objectivo de defender campos e casas, mas também de regar o vale do Lis. Os terrenos abrangiam uma importante área para regadio (2145 ha) com albufeiras, canais de rega e estações de bombagem, tendo o projecto incluído obras de regularização e rectificação do leito fluvial numa extensão de 30 km desde Leiria até à foz. ¶ Assim, numa outra etapa que se inicia no 2.º Pós-Guerra e se prolonga para além do início da guerra colonial, em 1961, a lógica dominante continuou conduzida pelos propósitos económicos do aproveitamento da água, através da execução de grandes obras hidráulicas: datam dessa época a inauguração do aproveitamento do Rio Lis (1957) e as obras do Mondego, cujo plano de intervenção hidráulica foi preparado em 1963, apesar de só se ter iniciado em 1974. ¶ Este período assiste a grandes investimentos públicos em obras desta natureza: a produção nacional de electricidade por meios hidráulicos sobe de 638 milhões de quilowatt-hora em 1946, para 7300 milhões de quilowatt-hora em 1970, e as políticas de fomento hidroagrícola permitem converter vastas áreas para regadio. ¶ Do ponto de vista da gestão institucional, a água descentraliza-se. Manteve-se a lógica orgânica de gestão dos recursos hídricos articulada em quatro circunscrições regionais (Douro, Mondego, Tejo e Guadiana), mas os sectores de intervenção prioritários (rega, portos e energia) centralizados numa única instituição, dispersam-se. Assim, em 1944, os serviços de electricidade passam da responsabilidade da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos para o Ministério da Economia; em 1947 é a vez dos serviços e administrações portuárias serem transferidos para o recém-criado Ministério das Comunicações; e, em 1949, os serviços da Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola são integrados na Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, que por sua vez substitui a antiga Administração dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, entretanto extinta. Esta dispersão dos serviços acarretou consigo uma perda de capacidade de coordenação ao nível do conhecimento e da informação que só muito mais tarde iria ser recuperada (Pato 2007). ¶ Data ainda desta fase a criação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (1944) que vai assumir a gestão do abastecimento de água e saneamento básico dos núcleos urbanos, que era até essa altura

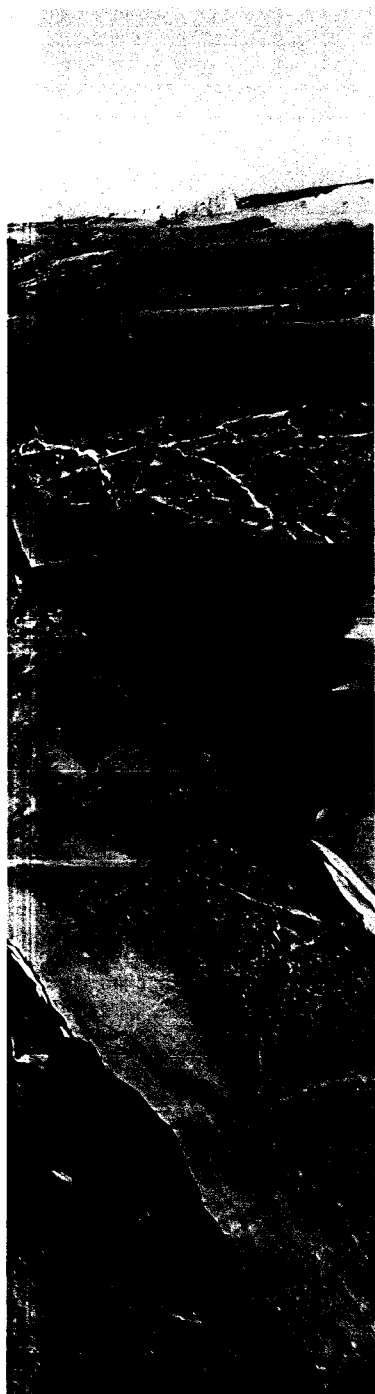


assegurada de forma subsidiária pela administração pública das águas. Recorde-se que foi a partir dos anos 50 que começaram a crescer as necessidades do abastecimento de água domiciliária e de saneamento básico, bem como as do surto industrial que se seguiu à adesão de Portugal à EFTA, em 1959. ¶ Contudo, no que respeita ao abastecimento de água às populações, as taxas de cobertura mantinham-se muito baixas por todo o país. Nos meios rurais, o Estado Novo prosseguiu a anterior política dos fontanários que iam proliferando pelas aldeias servindo mal uma então maioritária população rural que assistia à construção das barragens hidroeléctricas sem com isso passar a beneficiar de luz ou de água canalizada<sup>4</sup>. ¶ Em suma, durante o período do Estado Novo, as prioridades em termos de políticas de água e recursos hídricos estiveram assentes no investimento em grandes obras hidráulicas: barragens, portos e obras em sistemas fluviais anexas, e por fim, em termos de importância, em sistemas de rega para os quais a Região Centro deu, aliás, um forte contributo. A água era gerida quase unicamente sob uma perspectiva de fomento da economia nacional. ¶ A própria produção de informação de base que permitisse uma monitorização quantitativa e qualitativa da água, apesar de ser considerada uma prioridade desde as políticas hídricas de finais do século XIX, nunca foi levada à prática, a não ser quando servia aos estudos técnicos prévios das obras hidráulicas para produção de energia e para rega. ¶ O abastecimento de água, o saneamento básico e o combate à poluição não foram uma prioridade até à instauração da democracia. Apesar de em 1970 se ter realizado o 1.º Congresso sobre Poluição Hídrica em Portugal, foi só depois do 25 de Abril que se encarou o problema nos seus contornos sócio-ambientais mais graves, dados os baixos níveis de abastecimento domiciliário de água e mais ainda de saneamento

<sup>4</sup> Um episódio vivido pelo então Subsecretário de Estado do Tesouro, Ricardo Faria Blanc, relatado por Freitas do Amaral é bem ilustrativo do espírito do ditador. Em 1957, ao tentar, em vão, convencer Oliveira Salazar que estava na altura de proceder ao abastecimento de água às populações rurais, Faria Blanc obteve a seguinte resposta: "O senhor não conhece o interior de Portugal. Sabe? As pessoas que ali vivem estão ainda muito arreigadas às suas tradições e modos de vida seculares. Se lhes levarmos a água a casa, as mulheres já não terão de ir todas as manhãs com o cântaro à fonte: como é que elas hão-de poder pôr a conversa em dia umas com as outras?". In Amaral, 1996, p. 62.



básico. Os surtos de cólera no início dos anos 70 às portas de Lisboa, onde se acumulavam os migrantes do êxodo rural em bairros de lata e clandestinos precários, não deixavam margem para mais dúvidas. Abria-se uma nova fase: a das preocupações sociais ligadas à água. ¶ Segundo um estudo sectorial sobre o saneamento básico em Portugal desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, em 1975, o país chegara aos anos 70 com apenas 40% da população servida por abastecimento domiciliário de água, e pouco mais de 17% com ligação à rede de esgotos (Schmidt, Saraiva e Pato, 2008). ¶ O tremendo legado do Estado Novo neste domínio de actuação pública tornava-se evidente e justificou os esforços iniciais dos primeiros Governos Provisórios da democracia, que elegeram a questão como prioridade. Posteriormente, em 1976, criou-se uma Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico (sob tutela do Ministério das Obras Públicas) e, dentro desta, uma Direcção Geral do Saneamento Básico que deveria dedicar-se exclusivamente à resolução do problema. ¶ No entanto, na fase do pós-25 de Abril, a instabilidade política decorrente do período revolucionário dificultou o desenho de uma reforma institucional nesta área. Verificou-se uma forte contestação autárquica, que requeria para si as atribuições municipais no domínio do abastecimento de águas e do saneamento básico, apesar da manifesta incapacidade que os poderes locais tinham para lidar com a dimensão e complexidade do problema, o que levou a novos adiamentos na sua resolução. ¶ Em 1978, a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico seria substituída pela Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente a qual tutelava a Direcção Geral do Saneamento Básico. Um ano mais tarde eram criadas as Comissões de Coordenação Regional (CCR) do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Algarve, que partilhavam competências na área do abastecimento e saneamento de águas com a Direcção Geral do Saneamento Básico. ¶ Uma etapa decisiva abre-se em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), o que implicou um conjunto de novas exigências políticas, normativas e, por conseguinte, institucionais, para além da possibilidade do país usufruir de avultados meios financeiros decorrentes da aplicação do I Quadro Comunitário de Apoio (1986-1992). ¶ Com a criação, nesse ano, do Ministério do Plano e da Administração do Território,



extingue-se a histórica Direcção Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos e, com ela, enterra-se o paradigma hidráulico, passando a dominar uma visão sobretudo ambiental. ¶ As suas antigas funções foram distribuídas por três Direcções-Gerais: a D-G. dos Recursos Naturais, a D-G. da Qualidade do Ambiente e a D-G. do Desenvolvimento Regional. Em 1990 é criado o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais e, em 1993, com a revisão da respectiva lei orgânica, criam-se cinco direcções de serviços regionais: Direcções Regionais do Ambiente e dos Recursos Naturais (DRARN) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, bem como uma instituição de referência para as políticas hídricas nacionais – o Instituto Nacional da Água (INAG). Este passaria a assumir as funções de coordenação das políticas hídricas nacionais e do saneamento básico; em cada direcção regional funcionaria uma Direcção de Serviços da Água. Porém, não se previu na orgânica do INAG a existência de organismos de natureza regional que assumissem as bacias hidrográficas como unidades territoriais de referência. ¶ Em 1997, surgem o Conselho Nacional da Água – órgão consultivo para acompanhar e apreciar a elaboração dos planos e projectos na área dos recursos hídricos nacionais – e o Instituto Regulador das Águas e Resíduos (IRARE). Alguns diplomas, publicados em 1990, 1993 e 1994, marcaram também este período. Quer definindo critérios e normas de qualidade da água em função dos seus principais usos, quer reconfigurando o papel do Estado na administração dos recursos hídricos. Criou-se, então, um novo enquadramento jurídico para promover uma verdadeira indústria da água e do tratamento dos resíduos sólidos, estimulando a empresarialização e a abertura ao sector privado. Seriam, assim, definidos os sistemas multimunicipais e municipais, e foi neste contexto que nasceu o grupo Águas de Portugal. É também nesta fase que chega a maior fatia de fundos para o sector, através do II Quadro Comunitário de Apoio (1993-1999). ¶ Data também deste início dos anos 90 a polémica em torno do Plano Hidrológico Espanhol, que veio revelar o quanto as nossas instituições políticas estavam longe de dispor de conhecimentos sistematizados sobre os recursos hídricos nacionais (Schmidt 1999). Esta “ameaça” do avanço do país vizinho contribuiu, indirectamente, para impulsionar a reforma do sector. Em 1994, o planeamento dos recursos hídricos foi reformulado, passando a basear-se numa

lógica territorialmente integrada. Assim, o Plano Nacional da Água e os Planos de Bacia Hidrográfica passaram a ser instrumentos essenciais da planificação, para além dos Planos de Ordenamento de Albufeiras. ¶ A ênfase seria dada ao planeamento, gestão e produção de conhecimento sobre recursos hídricos, mas teria que se esperar pelo final dos anos 90 para ver os resultados: o Plano Nacional da Água só viria a ser publicado em 2001 e os Planos de Bacia Hidrográfica só começariam a ser publicados entre Dezembro de 2001 e Março de 2002. O panorama elencado não era bom: sabia-se agora, em pormenor, até que ponto os rios estavam poluídos e degradados e a Região Centro, apesar dos seus fortes contrastes internos, também revelava situações gravosas. ¶ Uma nova etapa é iniciada com a publicação da Directiva Quadro da Água em 2000, que definiu o enquadramento comunitário para a gestão das águas, vinculando os Estados-membros a procederem à adaptação das suas leis, das suas políticas, e das suas estruturas orgânicas, por forma a cumprirem os objectivos de uma política da água à escala europeia, num calendário com o horizonte temporal de 2015. ¶ No entanto, entre nós, a orgânica institucional sofreu inicialmente poucas alterações. As políticas hídricas mantiveram-se centradas no INAG, que continuaria a funcionar sem estruturas administrativas descentralizadas, tendo que articular essas funções com as DRAOT, as quais em 2003 foram integradas nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). ¶ O diagnóstico apresentado pelo Plano Nacional da Água em 2001 alertava para a inexistência, 'na prática', de uma instituição que exercesse a autoridade do Estado no domínio das águas e que coordenasse as políticas de recursos hídricos. Revelava, ainda, a falta de uma gestão por bacia hidrográfica – uma das determinações da Directiva Quadro da Água –, a insuficiente fiscalização, os poucos recursos humanos neste sector, e a fraca participação da sociedade civil (PNA, 2001). ¶ Esta realidade só seria alterada com a publicação da Lei da Água no último semestre de 2005 (Lei 58/2005), a qual estabelece aquilo que, desde 1884, vinha sendo preconizado, mas nunca

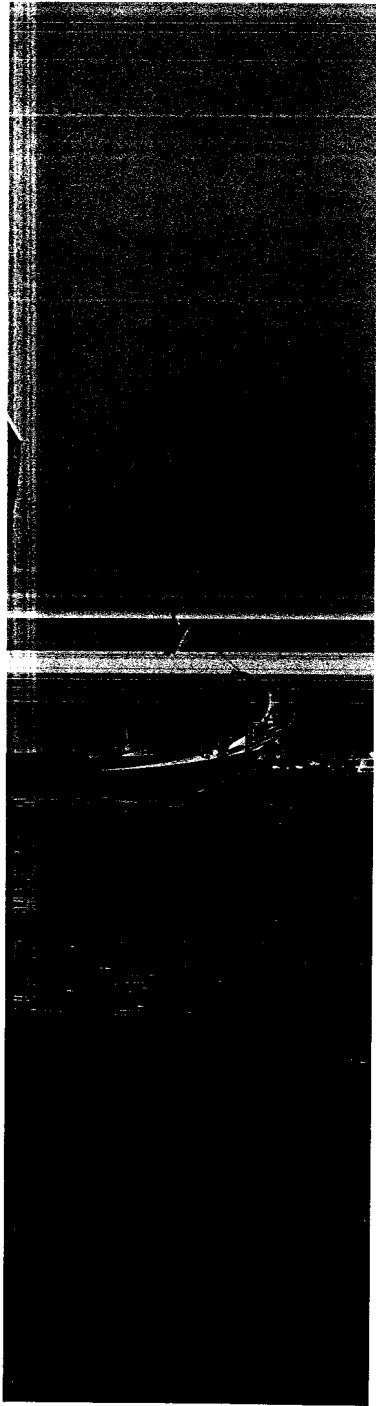


concretizado: o princípio da região hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão. Passado mais de um século e depois de vários estudos e pareceres de especialistas! A nova legislação criou 10 Regiões Hidrográficas e cinco Administrações de Regiões Hidrográficas (ARH), com competência em matéria de licenciamento e fiscalização dos recursos hídricos, bem como de conhecimento científico, gestão integrada e de informação e participação pública. A Região Hidrográfica (RH 4) tutelada pela ARH do Centro compreende as bacias do Vouga, Mondego, Lis e das ribeiras da costa desde o Estuário do Douro ao Estuário do Tejo. ¶ Ainda em 2005, é publicada a Lei n.º 54/2005 que estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos e revê o regime de licenciamento, e já em 2008 aprova-se o Decreto-Lei n.º 97/2008 que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, taxando os seus usos e abusos. Cria-se, então, um Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos para onde reverte 50% do valor das taxas, indo o restante para as respectivas ARH. Estas, que estiveram em processo de constituição e estabilização até 2009, estão agora em vias de produzir os novos planos de bacia, inaugurando assim um período marcado pela articulação entre conhecimento científico, gestão integrada, informação sistematizada e uma participação pública mais efectiva. Desperta assim uma nova cultura pública da água, a qual implica também uma nova cultura de cidadania (Arrojo, 2009).

### A Região Centro ao espelho das suas águas

Relativamente feliz na condição hídrica que lhe dita o seu lugar no mundo e no país, a Região Centro dir-se-ia quase a salvo dos dramáticos problemas que desde o 2.º Pós-Guerra suscitaram uma preocupação pública crescente com a água. ¶ Situada na orla Norte da área de desertificação que ameaça a Bacia do Mediterrâneo, e em particular o flanco sudoeste da Península Ibérica, a Região Centro dispõe de uma notável riqueza hídrica. Para mais, os seus principais cursos de água – Mondego, Lis, Zêzere, Vouga – nascem e correm dentro da própria região, o que lhe confere um invejável quadro de autonomia de gestão. Uma gestão, aliás, particularmente exigente e confrontada com desafios complexos, em parte resultantes da própria riqueza de recursos de que dispõe e

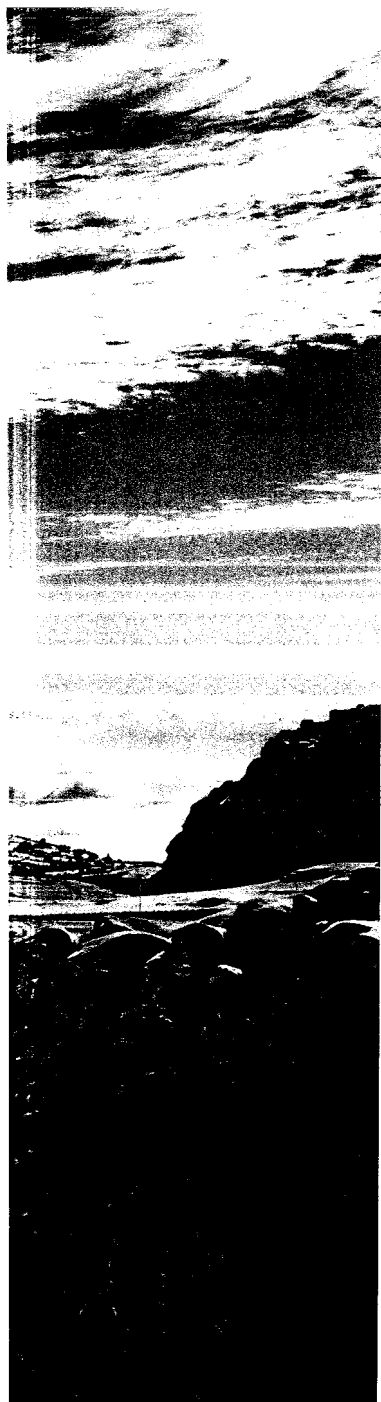




que correspondem, em larga medida, à intensa variedade de contextos geográficos existentes nesta região. À distância de escassas dezenas de quilómetros, convergem importantes maciços montanhosos e vastas áreas planas litorais. A variedade geológica e topográfica da região dita mudanças bruscas nos quadros de paisagem – ora facilitando, ora dificultando os cruzamentos viários e as condições de povoamento – conjugando-se numa história regional e local movimentada que marcou o destino e a condição de muitos dos seus recursos naturais e, em particular, dos hídricos. Ao longo deste livro vários autores revelam-nos, em toda a sua dimensão, esta riqueza e variedade que caracterizam a Região Centro. ¶ Foram todas estas características e a posição central que ocupa no território do país, que terão determinado formas tão tenazes de ocupação humana do território e surtos de desenvolvimento local tão importantes. Mas também terão dado origem a muitas das embaraçosas ameaças ambientais que afectam a Região Centro e os seus recursos hídricos. ¶ Está por fazer a história ambiental da região, mas alguns factos conhecidos permitem conjecturar aspectos do processo de afectação dos seus recursos hídricos. ¶ A industrialização, a expansão urbana, o novo perfil florestal e agrícola definem os traços mais actuais dos problemas de ambiente na região. Contudo, não se devem escamotear impactos anteriores exercidos pelo tecido produtivo mais tradicional em termos de poluição. Pensemos nas pequenas indústrias como lagares, curtumes, tecelagem e tinturaria, mineração, resinagem, oficinas metalomecânicas, ou mesmo nos pastoreios extensivos... Tudo factores que, apesar da sua escala restrita, terão constituído um antecedente duradouro de afectações e uma assumpção do valor da água distorcido pela percepção imediatamente utilitária e territorialmente local a que se reportavam. ¶ Com as iniciativas mais vastas de modernização agrícola, florestal e pecuária, as afectações e as suas percepções públicas terão sido mais profundas e terão ficado mais expostas. Pensemos na utilização intensiva e mal avisada de agroquímicos ou nas mudanças drásticas do coberto vegetal e respectivas mobilizações de solos (primeiro com o pinheiro bravo, depois com o eucalipto). Pensemos também noutras consequências destas florestações sobre os recursos hídricos: as que são provocadas pelos incêndios. Pensemos ainda na proliferação de pecuárias intensivas que criaram focos crónicos de contaminação

como é o caso da Bacia do Lis. ¶ Pensemos, igualmente, nas instalações industriais, antigas e recentes: desde os lanifícios e madeiras, ou os vidros e cerâmicas; até às mais pesadas como os cimentos – se a velha cimenteira de Maceira, em Leiria, já existia desde 1923, nascem entretanto duas outras: a de Pataias, Alcobaça, em 1950 e bastante mais tarde, a de Souselas, Coimbra, em 1974. Refiram-se, ainda, as grandes unidades químicas do Complexo de Estarreja, construídas a partir de 1950; as minas, com destaque para as explorações de urânio pela sua gravidade e, por fim, as celulosas instaladas junto aos rios, usando as suas águas e nelas descarregando os efluentes: a Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, 1953; a do Caima, em Constância, 1960; a Celbi de Leirosa, 1967; a Portucel de Vila Velha de Ródão, 1971 e a Soporcel, de novo em Leirosa, e construída já em 1984 com processos de laboração mais modernos. ¶ Para além deste, um outro conjunto industrial associado à construção, gerou e espalhou pelo território da Região Centro uma importante cadeia de interferências nos recursos hídricos: excluindo os já referidos cimentos, esta actividade envolve os materiais cerâmicos, a extracção intensiva de areias e as inúmeras pedreiras espalhadas um pouco por todo o lado (com especial incidência na Serra de Aire e Candeeiros). Este conjunto industrial associado à construção liga-se ao importante processo de transformação social resultante do ciclo migratório iniciado na década de 60, do qual um dos efeitos foi a urbanização difusa nos mais remotos lugares da Região Centro. Aliás, conjugada com outras figuras de dispersão desordenada que se estendiam ao longo das vias de ligação natural entre o Norte e o Sul do país. Para além destes, o posterior crescimento da concentração (sub)urbana nas cidades da região, e o perfil moderno dos hábitos de consumo domésticos de água, vieram exercer um forte aumento de pressão sobre os recursos hídricos regionais. ¶ A história recente da Região Centro tem, pois, os problemas da sua própria vitalidade e quase todos vão directa ou indirectamente confluir numa figura qualquer de afectação dos recursos hídricos – seja na sua qualidade, seja

nas suas dinâmicas, seja na sua quantidade. ¶ Hoje estamos numa fase de viragem com a nova Lei da Água, resultante da transposição da Directiva Quadro da Água e da dinâmica trazida pelas também novas Administrações de Regiões Hidrográficas em torno de um conceito de gestão do "rio como condomínio". Este novo quadro requer estruturas administrativas de envergadura superior para a sua gestão, mas com responsabilidades partilhadas pela Administração Local e pelas Associações de Utilizadores – o que aponta para uma nova cultura pública de sustentabilidade. ¶ É que, a gestão dos recursos hídricos não se traduz apenas no resultado de leis e de instituições; ela é também a expressão de uma cultura, da relação utilitária e simbólica com a água e essa relação revela-se hoje novamente essencial à sustentabilidade das políticas. Passados mais de 40 anos sobre a iniciativa da UNESCO, a dimensão social da água reafirma-se a uma escala, a uma complexidade e a uma urgência maiores. ¶ Esta dimensão social assenta numa cultura da água onde se cruzam aspectos da tradição e da modernidade. Veja-se a relação afectiva e identitária das populações ribeirinhas – rurais ou urbanas – com os seus rios e as memórias que eles suscitam, levando-os a assumir novos papéis nas identidades locais e nos patrimónios que constituem (Schmidt 2008). ¶ Apesar do seu rápido declínio, as agriculturas tradicionais com os seus pequenos regadios, o regime de partilhas das águas dos poços e levadas, os seus moinhos de água e azenhas, conservaram até há bem pouco tempo hábitos sociais enraizados de atenção aos caudais, à qualidade e aos sistemas de distribuição das águas correntes. Ou seja, a variada utilização que as sociedades rurais tradicionais faziam das águas correntes da sua proximidade, deixou marcas nas memórias das culturas locais e são hoje recurso de patrimonialização. Daí, moinhos de água, azenhas e fontes serem eleitos cada vez mais como valores a acautelar. ¶ E não só. Destacam-se, particularmente, os recursos termais da Região Centro que facultam uma via de articulação muito profunda e muito actual entre as culturas tradicionais da água e um novo sentido de mobilização cultural pública em torno da sua sustentabilidade como recurso. Para além da rica complexidade



de dimensões que reúnem – médicas, simbólicas, poéticas, religiosas, territoriais, económicas – as termas envolvem uma paisagem com a sua atmosfera e o seu perímetro de salvaguarda. Podem, assim, servir de fulcro a importantes processos de activação cultural que, partindo destas águas especiais e dos seus territórios, vão articular tradições e futuro em torno de um sentido de paisagem e de uma pedagogia das identidades e da sustentabilidade dos recursos que nela se conjugam. ¶ E são mais de 20 as fontes termais da Região Centro, o que corresponde a mais de metade das estâncias termais do país – Luso, Curia, Buçaco, Caramulo, Monfortinho, Alcafache... Uma rede privilegiada onde apoiar os processos de comunicação necessários à revitalização de uma sensibilidade pública atenta à gestão sustentável das águas e, em geral, do território. ¶ Para mais, a Região Centro, com seis Áreas Protegidas, entre as quais o maior Parque Natural do país – o da Serra da Estrela –, tem nelas um importante património natural onde ancorar as políticas de protecção das suas águas. Se aos Parques Naturais, juntarmos as possibilidades oferecidas pela Rede Natura – 17 Sítios de Importância Comunitária (SIC) e 8 Zonas de Protecção Especial (ZPE), com destaque para a Ria de Aveiro –, percebemos a dimensão da malha territorial mobilizável para a gestão dos recursos hídricos da Região Centro. ¶ As características do conjunto dos recursos hídricos da Região Centro, juntamente com o seu valioso património natural são assim muito promissores. Resta o factor humano. ¶ Como já assumira a UNESCO no início da década de 60, o elo mais problemático da cadeia do recurso 'água', é o social. Sem a participação e a mobilização pública não fica assegurada a sustentabilidade das leis e das medidas e essa participação, para ser consistente e eficaz, tal como a Agenda 21 preconiza, requer um esforço persistente de informação, de comunicação e de escuta. Um esforço que combata a indiferença e ajude a conquistar uma atenção pública específica para os recursos hídricos. ¶ Noutro tempo, as culturas tradicionais da água bastaram muitas vezes para acautelar o recurso. Hoje, que a transmissão dessas culturas corre o risco de se interromper irreversivelmente, volta a ser pela criação de uma nova cultura da água que toda a dinâmica de mobilização cívica para a participação poderá ser assegurada. Uma mobilização a enraizar na revitalização criativa de uma cultura territorial das paisagens.